

BAIÃO DE UM, O OUTRO QUE SE RETIRE: IMPASSES NO MANEJO DA AGRESSIVIDADE NUM GRUPO PSICOTERAPÊUTICO

BAIÃO DE UM, OR PARTY OF ONE: CHALLENGES ON HANDLING
AGGRESSIVENESS IN A PSYCHOTHERAPEUTIC GROUP

BAIÃO DE UM: DESAFÍOS EN EL MANEJO DE LA AGRESIVIDAD
EN UN GRUPO PSICOTERAPÉUTICO

Lara Mundim Moreira, Gustavo Gomes Calia, João Vitor Lemos França e Pablo Castanho

Resumo: O artigo visa discutir impasses no manejo da agressividade num grupo terapêutico, tendo a hipótese de que, em alguns momentos, a agressividade apresenta-se como uma ameaça ao enquadre do grupo. Para isso, partiremos da apresentação de um caso clínico atendido em grupo terapêutico de orientação psicanalítica em co-terapia na Clínica Escola do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Se a partir de autores centrais na psicanálise concebemos a agressividade enquanto experiência fundamental à própria constituição psíquica (inexoravelmente presente na relação entre o eu e o outro), localizamos como condição fundamental à experiência de cuidado em um grupo terapêutico o endereçamento a um outro que se apresenta disponível. Assim, a partir das funções do enquadre propostas por Bleger e Roussillon, pensamos nas condições de constância da experiência terapêutica psicanalítica - experiência que entendemos não se dar sem alguma violência/ruptura - e nos ocupamos, no caso em questão, em evitar a potencial experiência de desamparo que a agressividade colocaria em jogo no grupo, na medida em que, com Kaës, o concebemos enquanto composto por espaços psíquicos comuns e partilhados.

Palavras-chave: Grupo; Psicanálise; Agressividade; Enquadre.

Abstract: The article aims to discuss challenges on handling aggressiveness in a psychotherapeutic group, from the hypothesis that, in some moments, aggressiveness presents itself as a threat to the group's environment. For this, we will start with the presentation of a clinical case treated in a therapeutic group of psychoanalytic guidance in co-therapy at the Clinical School of the Institute of Psychology of the University of São Paulo. If according to central authors in psychoanalysis we conceive aggressiveness as a fundamental experience to the psychic constitution itself (inexorably present in the relationship between the self and the other), we understand that a fundamental condition for the experience of care in a therapeutic group is being able to address to another that is available. Thus, based on the frame functions proposed by Bleger and Roussillon, we discuss the conditions of constancy of the psychoanalytic therapeutic experience - an experience that we understand does not happen without some violence / rupture. Finally, in the case presented, we aimed in avoiding the potential experience of helplessness that aggressiveness would put at stake in the group, as we conceive it, with Kaës, as composed of common and shared psychic spaces.

Keywords: Group; Psychoanalysis; Aggressiveness; Frame.

Resumen: El artículo tiene como objetivo discutir los impases en el manejo de la agresividad en un grupo terapéutico, con la hipótesis de que, en algunos momentos, la agresividad se presenta como una amenaza para el encuadre del grupo. Para esto, comenzaremos con la presentación de un caso clínico tratado en un grupo terapéutico de orientación psicoanalítica en co-terapia en la Escuela Clínica del Instituto de Psicología de la Universidad de São Paulo. Si juntamente con autores centrales del psicoanálisis concebimos la agresividad como una experiencia fundamental para la propia constitución psíquica (inexorablemente presente en la relación entre el yo y el otro), comprendemos también ser fundamental a la experiencia del cuidado en el grupo terapéutico dirigirse a un otro que está disponible. Por lo tanto, a partir de las funciones del encuadre propuestas por Bleger y Roussillon, pensamos acerca de las condiciones constantes de la experiencia terapéutica psicanalítica, una experiencia que entendemos que no ocurre sin cierta violencia / ruptura, y nos dedicamos, en el caso presentado, a evitar la experiencia de desamparo que la agresividad pondría en juego en el grupo, en la medida en que, con Kaës, lo concebimos como compuesto de espacios psíquicos comunes y compartidos.

Palabras clave: Grupo; Psicoanálisis; Agresividad; Encuadre.



Introdução

Embora a agressividade seja um conceito referenciado em múltiplas áreas do saber, para a psicanálise ela carrega um valor fundamental por ser indissociável de seu papel na constituição psíquica. Como aponta Birman (2006), a problemática da agressividade enunciou-se desde os primórdios no discurso freudiano, não se formulando apenas num momento tardio - como supõem equivocadamente alguns intérpretes que formularam que a sua emergência teórica seria correlata à constituição do conceito de pulsão de morte. Pode-se dizer, ao contrário, que o enunciado desse conceito, articulado com a questão da agressividade, foi o ponto de chegada de um longo e tortuoso percurso no pensamento freudiano. A oposição *vida e morte* presente na teoria das pulsões freudiana colocaria a agressividade, por fim, com a propriedade de afirmação e conservação da vida (Birman, 2006).

Dentre múltiplas nuances presentes em um conceito tão vasto e complexo, encontramos em Winnicott (1999) a ideia de que pelo exercício da agressividade buscar-se-ia reaver objetos de que se foi privado devido à mudança da posição materna na relação com a criança. Haveria, desta forma, algo da ordem da *esperança* e da *expectativa (hope)* de que o sujeito poderia reencontrar a dita mãe suficientemente boa (Abram, 2007).

Se a problemática da agressividade em psicanálise, com suas possíveis consequências adversas para os sujeitos e conjuntos sociais, deve ser concebida da articulação entre os registros do sujeito e do outro, sublinhamos para os fins de nossa discussão o imperativo da alteridade nesta concepção de agressividade, representado pela *mediação do outro como condição constitutiva do sujeito*.

Quando por “outro” temos “alguns outros”

Por localizar a agressividade enquanto aspecto estruturante na constituição psíquica, engendrada na relação *entre o eu e o outro*, adicionamos, ao circunscrever nossa problemática na clínica de grupos, uma especificidade àquilo que nomeamos como “outro”. Em Kaës encontramos precisamente no grupo algumas noções centrais ao delineamento do nosso problema.

O dispositivo psicanalítico de grupo é via de acesso a uma realidade psíquica inconsciente original, irreduzível à de seus sujeitos membros, e inacessível a outros métodos de investigação (Kaës, 2011). Trata-se do registro da *intersubjetividade*, aqui entendida não enquanto mero regime de interações entre indivíduos, mas como a experiência e a estrutura dinâmica do espaço psíquico comum, partilhado e diferenciado entre dois ou mais sujeitos no vínculo. É sob as condições desse terreno psíquico, especialmente das *alianças inconscientes defensivas estruturantes e alienantes* que o constituem, que se estrutura o sujeito do inconsciente.

Kaës concebe o sujeito como uma organização reflexiva que avança na apropriação da própria subjetividade imersa no conjunto intersubjetivo do qual é, de início, tributária. O sujeito, nessa concepção, está ‘duplamente cindido’, exatamente como Freud define na *Introdução ao Narcisismo* (2010): ‘O indivíduo tem de fato uma dupla existência, como fim em si mesmo e como elo de uma corrente, à qual serve contra - ou, de todo modo, sem - a sua vontade’. Se as modalidades constitutivas do inconsciente já impõem ao sujeito uma divisão interna estrutural (a *Spaltung* citada por Lacan), ele também é dividido entre sua finalidade vital ‘própria’ e aquela imposta ao sujeito pelo conjunto intersubjetivo de origem. Todo sujeito nasce inscrito numa cadeia de transmissão psíquica, cujas alianças são a matéria e o meio de sua constituição subjetiva singular.

De fato, a formação do sujeito do inconsciente se dá na intersubjetividade, e principalmente sobre a função, estrutura e conteúdo das alianças inconscientes. Isso atesta a importância do retorno do inconsciente do outro (ou melhor, vários outros) na formação do inconsciente de um sujeito, a que se prestam as diversas configurações de relações entre mecanismos de defesa (correcalques, codesautorizações, correjeições e variantes). O sujeito se constitui, assim, sob a expulsão, projeção e exportação de formações inconscientes que outros sujeitos, ou conjuntos deles, fazem sobre sua psique, segundo as modalidades das alianças firmadas (Kaës, 2011). Mais, o lugar de constituição da subjetividade começa a se marcar muito antes do nascimento do sujeito, a partir das alianças inconscientes entre aqueles que o precedem nas gerações. A constituição subjetiva só se mantém, portanto, na medida em que subscreve os termos das alianças prescritas para o sujeito e para o conjunto (Kaës, 2011).

No trabalho do grupo, a mobilização coordenada de mecanismos de defesa dá início ao processo de *aparelhagem das psiques*, que culmina na estruturação da *realidade psíquica grupal*.

A aparelhagem das psiques opera já desde o início do trabalho, a partir das primeiras medidas paraexcitadoras conjuntas que os sujeitos lançam mão para conter as angústias iniciais de transbordamento pulsional e despersonalização, contingentes ao encontro com uma pluralidade de desconhecidos. Tais medidas têm função defensiva e estão na origem das alianças inconscientes. A partir daí vão se formando os espaços comuns e compartilhados da realidade psíquica grupal, terreno de formação da realidade psíquica dos vínculos no grupo e de cada sujeito particular. O grupo funciona como cenário e atrator de externalizações de objetos e processos do mundo interno dos sujeitos, que se aparelham entre si de acordo com as posições que tomam no interior da fantasia inconsciente grupal (Kaës, 2011).

As exigências ao trabalho de aparelhagem psíquica e ao trabalho da intersubjetividade são similares às coerções primeiras que marcam a entrada do sujeito nos conjuntos intersubjetivos de origem. Tal trabalho supõe: (a) que o sujeito invista o grupo com sua libido e seja por ele investido em retorno, tornando-se assim reconhecido como um de seus sujeitos membros; (b) o abandono parcial de identificações e ideais próprios; (c) as defesas conjuntas necessárias para o estabelecimento de vínculos; e (d) a renúncia mútua à realização direta dos fins pulsionais (Kaës, 2011).

O grupo como berço de processos primitivos e favorecimento de processos de singularização.

Kaës (2011) inscreve o sujeito, desde sua concepção, como um sujeito *em devir*, para o qual o processo de subjetivação, ou seja, o processo de conquistar-se Eu, nunca cessa. Esse sujeito movimenta-se na vida sem cessar de recompor a própria história: o trabalho de transformação e historicização subjetiva se desenrola continuamente na sequência dos momentos de elaboração *a posteriori*.

A ética e os objetivos de trabalho no dispositivo psicanalítico de grupo visam ao favorecimento de processos de subjetivação, o que, para Kaës (2011), liga-se diretamente à liberação das sujeições inerentes à estruturação psíquica. O sujeito do inconsciente se forma a partir de sujeições aos próprios processos inconscientes (demandas da pulsão, cenários fantasmáticos, alienação pelo Ideal) e aos lugares a ele reservados nos discursos e alianças do conjunto de seus vínculos de origem. A história de formação do Eu é a história de sua sujeição aos lugares determinados nessas alianças, bem como a história das distâncias que deverá experimentar e manter em relação a eles.

O trabalho da intersubjetividade sustenta o processo de deslocamento das identificações e alianças inconscientes estruturantes e alienantes, abrindo caminho, assim, para processos de subjetivação (Kaës, 2011).

A dessujeição trata de movimentos correlativos de des-atribuição nas localizações intrapsíquicas e intersubjetivas, e, ao avançarem sobre a dissolução da autoalienação nas alianças inconscientes, encontram necessariamente a experiência de separação e de desilusão (Kaës, 2011).

A singularização se leva nos momentos em que a fantasia organizadora grupal é integrada pelos sujeitos como parte constituinte de sua subjetividade. Quando os sujeitos se libertam dos lugares em que são retidos na fantasia do grupo – sujeição devida à adesão inconsciente ao pacto denegativo comum – podem assumir e se desatribuir dos lugares que ocupam na própria problemática fantasmática. Seguindo a paráfrase de Freud feita por Kaës (2011), temos: ‘Ali onde se localizavam as alianças inconscientes e onde elas continuam o Eu pode advir’ (número de página?).

A ruptura com os lugares ocupados na fantasia implica uma vacilação das identificações do ego, uma crise nas relações internas com seus objetos, o que acompanha a emergência de angústias de abandono. São as angústias inerentes à mudança de posição do eu no interior dos seus vínculos e à natureza própria da vida psíquica, que oscila entre movimentos contrários no processo de tornar-se Eu.

Contexto geral: sobre uma ancestralidade

Como aponta Castanho (2015), frequentemente trabalhar *com* grupos é trabalhar *em* grupos, e a experiência clínica que funciona como gatilho e suporte à discussão aqui apresentada também se encontra nesta junção: trata-se do atendimento de um grupo realizado em formato de co-terapia. O caso apresentado é fruto de uma experiência de co-terapia realizada por três alunos da Universidade de São Paulo, dois da graduação e uma da pós-graduação, em um grupo psicoterapêutico conduzido pela perspectiva da psicanálise de grupo - de referência sobretudo francesa - na Clínica Escola da Instituição. Os atendimentos destes terapeutas com este grupo ocorreram ao longo de um ano, com encontros semanais de uma hora e meia de duração. Com supervisões semanais - também em grupo - éramos todos iniciantes em algum nível: os alunos da graduação iniciavam sua primeira experiência de atendimento clínico, e a aluna da pós-graduação tinha a sua primeira experiência de co-terapia. Todos nos encontrávamos diante de um desafio.

O grupo que conduziríamos já existia há cerca de dois anos, atendido por estudantes das turmas progressas. Nossos primeiros contatos com o grupo aconteceram quando pudemos acompanhar as últimas supervisões dos terapeutas anteriores. Nesta posição inicial, conhecíamos o grupo através das palavras – em supervisão! – de nossos antecessores. O ângulo era claro, portanto: o conhecíamos a partir daquilo que desafiava seus terapeutas.

E, mais que isso: nos localizávamos numa linha sucessória, visto que o grupo nos precedia e nos sobreviveria. Estávamos neste pequeno hiato de sua existência, querendo inscrever nela nossa contribuição, uma marca singular que contribuísse à sua perpetuação. No entanto, não éramos imunes à fantasia de que talvez em nossas mãos este grupo pudesse se desfazer. Ou seja, se havia ali um investimento narcísico recoberto de fantasias de que poderíamos “fazer história” e inscrever nossa singularidade no grupo, tal captura grandiosa não vinha sem seu oposto, seu fantasma trágico de que também poderíamos presenciar seu fim.

Acrescentamos a tal contextualização uma segunda camada de complexidade. O grupo carregava em sua história conflitos e rupturas importantes, formações de alianças que, de alguma maneira, acabavam por expulsar participantes que iniciavam seu tratamento, ou simplesmente interrompia o tratamento daqueles que se encontravam ali há um tempo. Também nos é contada a história de uma terapeuta que saía pela dificuldade do grupo em lidar com o feminino... O grupo encontrava-se esvaziado, com apenas 3 pacientes. Em supervisão debatíamos sobre a possibilidade de inserção de novos participantes, o que, no entanto, foi suspenso sob a prudência de que para estes precisavam ser criadas as condições de sobrevivência no grupo. No entanto, a essa altura nos perguntávamos: *o que os assassina?*

Assim como a Édipo, a nós também se anunciava: *decifra-me ou te devoro*. Sedução maior não haveria a terapeutas que iniciam. Um grupo que não se estruturava, que seguia expulsando seus participantes.

Assim como Creonte responde ao angustiado Édipo que o povo de Tebas sequer pôde investigar a morte de seu rei por estar muito ocupado com a Esfinge, também se colocava ali um enigma que poderia nos capturar. No entanto, decidimos investigar a morte de nossos mortos: dos que saíram, *por que saíram?* Dos que ficaram, *como sobreviveram?*

Um caso clínico

Aqui iniciamos o recorte metodológico para os fins desta discussão, optando pela apresentação do caso clínico de um único paciente em um grupo terapêutico.

Na nossa primeira sessão no grupo após a saída dos antigos terapeutas, começamos a nos deparar com aquilo de que éramos herdeiros. Havia nós três e apenas dois pacientes, Beto¹ e Zé, numa sala espaçosa demais. Inconformado, Beto tratou de reagir ao incômodo que gerou nossa chegada ao grupo. Tinha que defender o que era seu - ou o que julgava ser seu, só seu.

Apresentou o grupo (do qual participava desde a fundação) como um espaço afortunado, dinâmico e vibrante, mas que perdera o encantamento até se tornar um arremedo do próprio passado, vazio e triste. Beto buscava culpados. Quem teria lhe arrancado o que um dia fora tão prazeroso?

Ele mesmo já se munira de respostas. Atribuía a outros pacientes e a terapeutas anteriores a responsabilidade pela decadência do grupo. Com uma fúria pouco contida e uma fala áspera e ofensiva, acusava os outros de só contarem histórias rasas, insossas, carentes de emoção ou relevância. Nomeou o relato que Sara (a terceira paciente do grupo) compartilhara em outra sessão como “uma merda que não tinha acrescentado absolutamente nada a ele ou a ninguém”. Ela não estava ali naquela sessão para ouvi-lo dizendo tudo isso. Beto sentia que ia ao grupo só para perder tempo, justo em um momento de sua vida em que o tempo lhe incomodava tanto. Pior ainda – continuou ele – era a atitude dos terapeutas, que nenhum esforço faziam para transformar essa paisagem estéril.

Quando perguntamos que lugar ele ocupava nesse enredo de declínio, sua ira só fez aumentar. Com a mão espalmada, num gesto de quem tem provas irrefutáveis do que está dizendo, argumentou que nada conhecíamos do grupo, enquanto ele estava lá desde o começo. Sua voz subia ainda mais na escala dos decibéis. Explicou, com o dedo em riste, não passar de um mero paciente e não ter nenhuma intenção de dirigir o grupo, mas que esperava que nós, os novos terapeutas, fôssemos bons gestores, enérgicos, atuantes - o que fosse necessário para consertar o grupo, para devolvê-lo ao passado no qual florescia. As mudanças tinham de vir rápido – exigia Beto – porque ele já esperara tempo demais.

Bradou que fora um líder a vida inteira, em todos os grupos dos quais fez parte, mas que isso já não lhe importava mais. Ouvimos em seu grito o pedido de que fôssemos nós os líderes da sua resistência, da sua rebelião contra o estado atual do grupo. Anuncia considerar abandonar tudo e não voltar mais, mas viera à nossa “estreia” (sic) para conferir se lhe daríamos alguma esperança, ou se seríamos mais um fracasso. Como descobrimos tempos depois, Beto fazia ali uma aposta que, no fundo, esperava perder.

Há vezes em que lembretes importantes são remetidos com inesperada violência. Sacudidos pelos palavrões de Beto, fomos alertados de que até poderíamos figurar na linha de sucessão do grupo - mas éramos herdeiros em estágio probatório.

Desfigurante

No grupo não existem figurantes.

Enquanto Beto cuspia labaredas e se rebelava contra tudo que não era dito pela sua boca, lembrem-se, Zé estava ali. Zé esperava que, no olho do furacão, um de nós olhasse para ele.

Só semanas depois, numa sessão em que Beto não estava, Zé conseguiu dizê-lo. “Você não viu como eu estava triste” - dirigindo-se diretamente a um de nós, referindo-se à sessão em que as agressões de Beto aos terapeutas atingiram seu ápice. “Ele tem que pedir desculpa pra você, ele não pode falar daquele jeito com você” - referindo-se aos ataques de Beto a um dos terapeutas.

Com o passar das semanas, mais contradição viria povoar nosso grupo. Ficava nítido que as palavras cortantes de Beto não eram apenas uma hostilidade de boas-vindas, uma desconfiança precavida diante de estranhos. É verdade que também era isso. Afinal, Beto reagia violentamente a *qualquer* movimento imprevisto numa situação que ele próprio apresentava como um território familiar e seguro, uma vez que “ser paciente do grupo era algo que ele tirava de letra”. Assumíamos o desafio de modular a sua agressividade no grupo. As intervenções que optávamos por realizar ancoravam-se em marcações que remetiam Beto à percepção de si pelos seus efeitos nos outros, entregávamos a ele suas cartas extraviadas.

Em uma das sessões nos contava sobre um episódio em que, numa fila de caixa, diante da tentativa de auxiliar uma pessoa distraída alertando-a sobre a disponibilidade do próximo atendente, foi agredido verbalmente e injustamente interpretado em sua atitude. A pessoa que alertara havia entendido o alerta de maneira agressiva e, juntamente com o cônjuge, havia o insultado e agredido. Beto argumentava - com relatos minuciosos e acalorados da discussão súbita que culminou num empurrão e queda de seu interlocutor - sobre sua posição de imensa frustração ao se ver atacado por acusações agressivas e por ser injustamente percebido em suas intenções. Reivindicava do olhar do outro o que chamava de *justiça*: pedia que seu interlocutor o confirmasse na posição em que confiava estar.

Trazia ainda situações conflituosas ocorridas com pessoas importantes em sua vida ou em interações triviais, quase sempre reivindicando esta mesma demanda, sem se dar conta de que entregava precisamente seu oposto. Nas interações do grupo tal posição não cedia, e entregava gratuitamente aos presentes reações semelhantes àquelas das quais se queixava por receber.

Insuficiência respiratória: a continência do grupo tem limite

Muito embora fosse se tornando mais claro, com o decorrer das sessões e supervisões, que o posicionamento subjetivo de Beto demandava uma condução específica que julgávamos ser possível no grupo, atormentava-nos a possibilidade de que, ao longo deste processo, seus impactos em outros participantes pudessem entrar processos de difícil religação. Ponderávamos sobre um possível encaminhamento de Beto, por temer que sua presença no grupo impedisse um espaço suficientemente aberto para a associação livre dos outros pacientes. Havia ali um rei-sol que ofuscava e afastava os demais da continência oferecida no grupo, do olhar dos terapeutas, de uma escuta consensualmente legitimada - Beto não aceitava que tentássemos ouvir os outros. Tarde demais: o dispositivo psicanalítico grupal fomenta os esbarrões, prevê um enredar de alianças e entre-jogos intersubjetivos. Encontrávamo-nos em uma encruzilhada: brincar com fogo não é sempre ruim, mas será que nesse caso era melhor parar?

Continuamente refratário a qualquer interpretação de si que fosse enunciada pela voz de outro, Beto continuava atacando. Porta-sintoma de um processo com toques totalizantes no grupo, Beto era tema mobilizador nas supervisões. Não raro, em supervisão, revivíamos paralelamente o ofuscamento

dos demais pacientes pela pesada - e ainda assim fascinante - presença de Beto. Em atos falhos ou chistes, referíamos-nos ao grupo como “o grupo de Beto”. A despeito de ele mesmo exibir uma casca muito grossa, a despeito de que fosse muito difícil atravessar as suas verdades prontas para escutá-lo no íntimo, a despeito desse enrijecimento entre o dentro e o fora, a presença de Beto exercia no grupo uma função de nebulosidade e de dissolução, ocultando (e permitindo ocultar) os outros pacientes por trás de posições referenciadas nele. Era difícil elaborar acerca de posicionamentos de Zé e Sara por trás das máscaras de “escudeiro de Beto” ou “antagonista de Beto”. A agressividade incapaz de escutar os próprios ecos - no mínimo tolerada por um acordo inconsciente sustentado por quem continuava sendo parte do grupo - dava o tom do processo grupal naquele momento. Temíamos ser analistas de um grupo moribundo, de um grupo de portas seladas, onde havia muitas vagas, mas não entrava ninguém.

Interrogávamos nossa competência em sustentar o grupo: sobreviveríamos a ele? E ele a nós? Beto trazia também em sua fala as histórias dos terapeutas anteriores, dos participantes do grupo que estiveram ali mas que se foram. Saudoso por aqueles que se foram, nunca conquistado pelos presentes. Trazia-os em sua fala como cadáveres pesados e inertes, a serem carregados e arrastados por onde ia. Colocava-os junto aos pais, aos amigos, às mulheres de sua vida... O presente também vinha como um fardo em sua fala, ainda que escondido sob o discurso vitorioso de quem sempre fez o que quis e iria continuar fazendo. Beto, sem se dar conta, repetia em sua fala queixas mascaradas de escolhas: falava sobre sua solidão, sobre a ausência de trabalho, de amigos, de família, sobre a saúde comprometida, sobre o medo da morte. A morte. Nem a ela se sucumbiria: anunciava, ao descrever episódios de falta de ar recorrentes, que se percebesse que não haveria saída, pularia de sua janela. Contava-nos de seu passado como que para nos colocar em nossos lugares, e esforçava-se nestes momentos em nos entreter. Fazia por nós o que anunciava esperar que o grupo fizesse por ele. Eram histórias sedutoras a nos despistar. O passado nos aparecia para nos advertir a não confiar no que víamos: um homem que sofria por se ver envelhecendo solitário e que, em momentos de maior angústia, era dominado pela insônia e só conseguia adormecer no banco do fundo da igreja e acompanhado (*durante as missas*).

Solidão que sempre vinha acompanhada da explicação de se tratar de uma escolha. Não poderíamos deixar de suspeitar do que tanto se insiste em se repetir: “*sou sozinho porque quis assim*”. Tendemos a desconfiar de insistências obstinadas.

Um novo lugar

Dar-nos conta de que a potência de Beto não era sem limites e não era sem uma profunda dor foi crucial para prosseguirmos na análise das transferências no grupo. No fim das contas, Beto tinha razão quanto ao grupo precisar de uma transformação de algum modo assertiva, e quanto à necessidade de um papel mais enérgico dos terapeutas para colocar esse processo em movimento. Autor e vítima do próprio pedido, o indomado Beto se viu freado por nós e precisou fazer a escolha entre tomar sua parte no consenso mínimo que mantém o dispositivo do grupo terapêutico respirando ou, então, partir do grupo. Há sempre uma violência e um acolhimento no pertencer.

Houve uma penosa jornada pela UTI que quase lhe tirou a vida e o retirou do grupo por algumas semanas. Foi uma das passagens importantes que permitiram a Beto começar a elaborar sobre o quão onerosa era a sua missão de ser o atropelador, o silenciador, o censor oficial de si mesmo e dos outros à sua volta. Aos poucos percebia curto-circuito que montava com demanda tão onerosa: mesmo pagando consigo mesmo, a conta não fechava. O silêncio que ele produzia não era fruto de uma ausência, mas de uma hiperpresença: era o ruído do estático num rádio ligado no volume máximo. E ele chegara a seu limite.

Para o restante do grupo, o anúncio do fim do estático colocava em cena a possibilidade de começar a escutar a própria voz, caminho tão importante quanto aterrorizante. Beto, na realidade, também precisava se empenhar nessa busca. Daquilo de que sempre se gabou por julgar abundante, sequer havia encontrado.

Além disso, se debatia preso num não-tempo: não cabia no passado idealizado que só passa a existir quando já não é mais possível de ser habitado; também não cabia em um presente onde se via, a contragosto, aprisionado, numa impossibilidade crônica de habitar o presente de sua própria história, cronicamente anacrônico.

O grupo conseguiu ajudá-lo a envelhecer. Beto pôde abrir mão do doloroso descompasso do tempo no qual se aprisionava. Tempo inexorável que insistia em passar, incansavelmente se impondo à fantasia sublime de uma juventude gloriosa. Finalmente pôde se cansar. Sobreviveu à internação hospitalar. Sobreviveu à aposentadoria. Sobreviveu à lembrança de “invisíveis” fracassos de seu passado. Contava-nos agora de um passado não tão sublime assim, de tropeços e arrependimentos. Começou a surgir lugar para um presente menos intolerável, e planos de um futuro do qual, agora, conseguia se ver autor. Era bonito ver como contando-nos sua história, Beto passava a contar com sua história. Pôde, enfim, habitar seu próprio tempo e respirar algum futuro. Finalmente passa a ter uma velhice. Não mais a de seus pais, que antes lhe parecia a única possível por ser impossível: “como vou envelhecer se não tenho filhos, como meus pais tinham a mim?”. Inventou, enfim, sua própria história (que passa a existir, mas, paradoxalmente, sempre estivera lá).

Meses depois, novos pacientes entraram. O grupo foi, aos poucos, virando outro. Na última sessão do ano, Beto conta-nos, ruborizado e rindo, que num baile daquele sábado fora puxado para dançar forró. Ele não conseguiu recusar. A sessão terminou com a sensação de que, para aquele grupo, o baião de dois voltou a ser permitido.

Sobre limites e a noção de enquadre

Com o intuito de decantar de nossa exposição um eixo norteador para a discussão teórica proposta apresentamos, condensada em uma pergunta, a problemática que esperamos ter sido minimamente esclarecida/contextualizada pelo caso clínico: *existiriam limites para a agressividade no grupo?* Esclarecemos, para isso, os elementos que compõem tal formulação.

Ao mencionarmos *limites* os propomos a partir noção de *enquadre* como seu articulador teórico central: limites que garantiriam o enquadre. Bleger inaugura o termo em 1967 quando propõe que o enquadre teria a função de recolher e estabilizar os conteúdos psíquicos que emanam da “parte psicótica da personalidade”. Precisamente pela sua *condição de constância* o enquadre teria a propriedade de não ser percebido, aproximando-se da função primitiva do corpo da mãe em que, numa fusão, funcionaria como um depósito para o não eu, para as angústias primitivas. Num segundo momento, no entanto, estes elementos podem, ao cumprir a função de fundo, possibilitar a emergência como figura de uma sociabilidade por interação que prescreve, por definição, a existência do Eu diferenciado. Processo complexo e vivo que pode ser condensado nas seguintes palavras: *um não processo que permite o processo* (Castanho, 2018). Convocando a própria materialidade do mundo naquilo que ela mobiliza e atua sobre nossa sensorialidade, Bleger diferencia o enquadre do termo *setting* precisamente pelo primeiro incidir somente sobre *aspectos constantes* de uma prática analítica - como o papel do analista, o conjunto de fatores do ambiente, fatores temporais e técnicos como horários e honorários, por exemplo.

Para Roussillon (1995/2008) o psiquismo se projetaria no enquadre sendo nele transformado, tendo o enquadre a função de molde figurativo para conteúdos internos. O enquadre precisaria, desta forma, não só poder receber as exteriorizações psíquicas oferecendo-se como molde figurativo à pulsão, mas também, em um momento seguinte, oferecer resistência a essas mesmas exteriorizações mostrando-se aos olhos do sujeito algo diferente do que lhe havia sido depositado.

A partir da reflexão proposta por Castanho (2018) podemos identificar um possível ponto de tensionamento entre a perspectiva de Bleger e Roussillon na medida em que, para o primeiro, o enquadre é entendido como parte da personalidade, chegando a referir que *o enquadre psicanalítico recebe o enquadre “pessoal” do analisando* - teorização que culmina na afirmação de que “o enquadre do paciente é sua fusão mais primitiva com o corpo da mãe” (Bleger, 1967/1997, p. 248 apud Castanho, 2018). Em Roussillon, por sua vez, encontramos referência a noções de dentro e fora, entre eu e o(s) outros(s). Entretanto, como nos aponta Castanho (2018), tal tensionamento se dilui na medida em que entendemos, com Kaës, a noção de *espaços psíquicos comuns e partilhados*.

Kaës se apoia na tradição teórica de Bleger em torno ao conceito de enquadre psicanalítico e o desenvolve para além de sua função de receptáculo dos vínculos arcaicos simbióticos. No enquadre se apoiam os elementos do registro *originário* do inconsciente, portanto em íntima relação com a violência primordial. Esse conjunto de funções guarda proximidade com as modalidades do *negativo* vital, em relação às quais o enquadre oferece aos sujeitos na situação analítica uma saída eficiente que permite a mobilização de processos de transformação psíquica.

As funções que Kaës (2011) compreende constituírem o enquadre são (a) *Continente*: receptáculo de conteúdos psíquicos clivados; (b) *Limitante*: diferenciação eu/não-eu, delimitação do esquema corporal (psíquico) do sujeito; (c) *Transicional*: articulador do dentro e fora, espaço de ilusão e transicionalidade, ‘encontro-criação’; (d) *Assentamento*: escoramento, apoio, pano de fundo, estruturação; (e) *Contedor*: figuração e transformação das representações de objetos, afetos e cenas psíquicas em representações de palavras; e (f) *Simbolizante*: resultante do trabalho combinado das demais funções.

Assim, localizamos o enquadre numa terapêutica como aquilo que viabilizaria *condições mínimas a uma experiência não iatrogênica de alteridade no grupo*. Para isso, no dispositivo que descrevemos anteriormente, identificamos no enquadre uma função continente e “contedora” de processos psíquicos de simbolização. Tal função, importante na distinção entre o eu e não-eu, ao comportar um nível suficiente de ilusão simbiótica e de violência de ruptura, pode favorecer *uma experiência de cuidado no grupo terapêutico*.

O cuidado no grupo

Ao localizarmos a função do enquadre no dispositivo em questão, percebemos como ele se relaciona à produção do cuidado numa experiência analítica grupal.

O cuidado terapêutico se matiza segundo as regras, objetivos e ética inerentes ao dispositivo por meio do qual se realiza; as condições e pressupostos de trabalho do dispositivo incidem sobre os alcances e as formas que o cuidado pode assumir. Nossa reflexão em torno da agressividade na experiência analítica ganhou importância quando nos perguntamos se os movimentos ‘agressivos’ da transferência em jogo nas sessões estariam pondo em risco certas regras de trabalho básicas aos objetivos do dispositivo. Ficamos atentos às qualidades que o processo terapêutico adquiria para os seus sujeitos, mais exatamente se ‘os processos a que abre uma análise’ estavam podendo acontecer.

O cuidado que sentíamos em risco de ser negligenciado ante a emergência do que chamamos ‘agressividade’ tinha a ver com os processos mesmos de mobilização e transformação psíquica a que visam o dispositivo psicanalítico. Tais processos se constituem sob condições psíquicas determinadas que são aquelas que compõem as funções do enquadre.

Portanto, a forma como poderíamos produzir cuidado, tal como definido por nossos objetivos e ética, coincidia em larga medida à nossa capacidade de sustentar as regras estruturantes da situação analítica, ocupando, para tal, a função de garantes do dispositivo (Kaës, 2011).

Quanto à *agressividade*, se a localizamos inicialmente em Freud como movimento de afirmação e conservação da vida, caminhamos mais adiante para pensá-la enquanto aspecto inerente à articulação entre os registros do sujeito e do outro. Se a mediação do outro vem a ser condição constitutiva do sujeito, a agressividade é imperativa para que a alteridade possa existir. É o que Aulagnier (2010) denomina como *violência primitiva*, ao postular que alguma violência é inerente ao processo de simbolização, visto que a colocação do vivido em imagens e palavras se dá sempre como um corte no terreno do possível (Castanho, 2018).

Assim, se a partir das funções do enquadre pensamos em condições de constância à uma experiência terapêutica de alteridade - experiência esta que entendemos não se dar sem alguma violência/ruptura - nos ocupamos, no caso em questão, em *evitar a potencial experiência de desamparo que a agressividade colocaria em jogo no grupo*, na medida em que o concebemos enquanto composto por espaços psíquicos comuns e partilhados. Assim, propomos pensar a agressividade como ameaçadora ao grupo na medida em que instituiria uma *indisponibilidade frente a uma experiência de sofrimento*, transformando o indizível da dor em experiência inaudível no campo da alteridade (Moretto, 2018).

Notas

- 1 Todos os nomes utilizados neste artigo são fictícios.

Referências

- Aulagnier, P. C.** (2010). *La violencia de la interpretación: Del pictograma al enunciado* (2ª ed.). Buenos Aires: Amorrortu.
- Abram, J.** (2007). Agression. In J. Abram. *The language of Winnicott* (2ª ed.) (pp. 15-40). Londres: Karnac.
- Birman, J.** (2006). Arquivo da agressividade em psicanálise. *Natureza Humana* 8(2), 357-379.
- Bleger, J.** (1975). *Simbiosis y ambigüedad: estudio psicoanalítico* (3ª ed.). Buenos Aires: Paidós.
- Castanho, P.** (2015). Sobre o conceito de intertransferência (ou a contribuição de René Kaës para a problemática da contratransferência no trabalho em equipe). *Jornal de Psicanálise* 48 (88), 111-120.
- Castanho, P.** (2018). *Uma introdução psicanalítica ao trabalho com grupos em instituições*. São Paulo: A-barca.
- Freud, S.** (2010). *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kaës, R.** (2011). *Um singular plural*. São Paulo: Loyola
- (2014) *As alianças inconscientes*. Brasil: Ideias e Letras
- Moretto, M. L. T.** (2018). *Psicanálise, saúde e instituição: contribuições mútuas* (Tese de Livre Docência). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Roussillon, R.** (2008). *Logiques et archéologiques du cadre psychanalytique* (2ª ed., 1995). Paris: PUF.
- Winnicott, D. W.** (1999). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes

Lara Mundim Moreira

Bolsista CAPES no programa de mestrado em Psicologia Clínica (PSC) pela Universidade de São Paulo, Membro do CLIGIAP (Laboratório de Clínica de Grupos e Instituições: abordagem psicanalítica) e do LabPsi (Laboratório de Psicanálise, Saúde e Instituição).

E-mail: laramoreira@gmail.com

Gustavo Gomes Calia

Aluno formando de graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo.

E-mail: caliamesmo@gmail.com

João Vitor Lemos França

Graduando do último período no curso de Psicologia pela Universidade de São Paulo.

E-mail: joavlf Franca@gmail.com

Pablo Castanho

Professor doutor do departamento de Psicologia Clínica (PSC), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Membro do CLIGIAP (Laboratório de Clínica de Grupos e Instituições: abordagem psicanalítica) e do Laboratório de Estudos da Intersubjetividade e da Psicanálise Contemporânea- LIPSIC (USP/PUC-SP).